

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 11

O erro que se refere a qualidades secundárias do objeto do negócio jurídico e que não acarreta efetivo prejuízo é denominado

- A) obstativo.
- B) inescusável.
- C) substancial.
- D) acidental.
- E) impróprio.

QUESTÃO 12

Ao buscar uma adaptação da lei para aplicá-la a exigências atuais e concretas da sociedade, o intérprete da legislação utiliza-se da interpretação

- A) histórica.
- B) sistemática.
- C) extensiva.
- D) teleológica.
- E) lógica.

QUESTÃO 13

Paulo assumiu a obrigação de, com autonomia, habitualidade e mediante remuneração, promover certos negócios jurídicos à conta de Pedro em zona determinada, sem ter a sua disposição o objeto da negociação.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil, configura-se contrato de

- A) agência.
- B) corretagem.
- C) comissão.
- D) mandato.
- E) distribuição.

QUESTÃO 14

A união de pessoas que, com registro em órgão competente, tenham se organizado para fins não econômicos, ainda que inexistam entre si direitos e obrigações recíprocos, configura

- A) sociedade de fato.
- B) grupo despersonalizado.
- C) sociedade comum.
- D) sociedade simples.
- E) associação.

QUESTÃO 15

É causa que interrompe a prescrição

- A) manter sociedade conjugal com a vítima do dano.
- B) ser descendente do autor do dano.
- C) realizar ato extrajudicial inequívoco que importe no reconhecimento do direito pelo devedor.
- D) ausentar-se do país enquanto em serviço público da União.
- E) ajuizar ação para apurar o fato no juízo criminal.

QUESTÃO 16

Em um processo judicial, o autor pleiteou a um dos devedores o pagamento da dívida comum. Em resposta, o réu requereu ao juiz que este determinasse a citação dos demais devedores para integrarem a lide.

Nessa situação hipotética, o réu requereu

- A) a assistência litisconsorcial.
- B) a inclusão de *amicus curiae*.
- C) a denunciação da lide.
- D) o chamamento ao processo.
- E) a assistência simples.

QUESTÃO 17

Se, depois de concedida liminar em mandado de segurança, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, o juiz deverá, de acordo com a norma aplicável,

- A) suspender o processo.
- B) designar advogado dativo.
- C) remeter os autos ao Ministério Público.
- D) revogar a medida liminar, notificando o impetrado.
- E) decretar a caducidade da medida.

QUESTÃO 18

Caberá ao juiz não resolver o mérito quando

- A) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação.
- B) decidir, de ofício, sobre a ocorrência de prescrição.
- C) homologar reconhecimento da procedência do pedido formulado na reconvenção.
- D) homologar a transação.
- E) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.

QUESTÃO 19

Se, em sentença transitada em julgado, for declarada inexistente a obrigação que ensejou a execução, o exequente

- A) será advertido por praticar ato atentatório à dignidade da justiça.
- B) será alvo de comunicação à OAB, a ser determinada pelo juiz.
- C) ressarcirá o executado dos danos a este causados.
- D) responderá por litigância de má-fé.
- E) pagará multa por deslealdade processual.

QUESTÃO 20

De acordo com a legislação pertinente, contra a decisão de juiz federal que tenha recebido a inicial em ação de improbidade administrativa caberá

- A) mandado de segurança por ausência de previsão de recurso específico.
- B) recurso ordinário ao tribunal.
- C) agravo de instrumento.
- D) apelação dirigida ao juiz, que poderá reconsiderar a decisão.
- E) reclamação, se houver jurisprudência dominante contrária ao fundamento.

DIREITO FINANCEIRO

QUESTÃO 21

Ao apreciar a legalidade do orçamento público, um auditor de contas identificou leis delegadas, decisões judiciais, medidas provisórias e resoluções do Senado Federal que versavam sobre orçamento público.

Nessa situação hipotética, o auditor deve

- A dispensar a jurisprudência orçamentária e aplicar as medidas provisórias.
- B ignorar o aspecto político das referidas normas financeiras.
- C fazer cumprir as leis delegadas e as medidas provisórias.
- D desconsiderar as medidas provisórias e aplicar as leis delegadas.
- E observar os limites fixados em resoluções do Senado Federal e considerar a jurisprudência orçamentária.

QUESTÃO 22

Considere que um empenho classificado como global tenha sido cancelado em decorrência de descumprimento de obrigação pelo fornecedor durante o último mês do mandato de determinado prefeito. A esse respeito, julgue os seguintes itens.

- I A motivação dada para o cancelamento do empenho é válida.
- II O cancelamento do empenho tem fundamento na conveniência administrativa.
- III No último mês do mandato de prefeito, é válido empenho em valor superior a um duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 23

Fundo público criado por meio de lei ordinária, com dotação genérica e sem especificação dos gastos concretos de sua atuação, será analisado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais como

- A irregular quanto ao princípio da especificação, porque os fundos são exceção ao princípio da unidade de tesouraria.
- B regular, pois a criação, a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser determinados por lei ordinária.
- C regular, pois os fundos são exceção ao princípio da especificação e da unidade da tesouraria.
- D irregular, visto que os fundos devem obedecer ao princípio da especificação dos gastos.
- E irregular, uma vez que a criação de fundo deve se dar por meio de lei complementar.

QUESTÃO 24

Empréstimo tomado por ente federativo para atender a despesas de restos a pagar

- A possui a mesma classificação da dívida para atender a depósitos de cauções.
- B integra a dívida de longo prazo.
- C pode ensejar intervenção federal se não ocorrer o pagamento da dívida no exercício seguinte.
- D é receita pública em sentido estrito.
- E aumenta a dívida pública fundada.

QUESTÃO 25

O princípio do equilíbrio orçamentário

- A dispensa o estabelecimento de metas fiscais.
- B exige o planejamento de ações orçamentárias por meio de programas.
- C veda a consignação de dotação global.
- D permite flexibilização em momento de recessão econômica.
- E impede a existência de déficits públicos.

QUESTÃO 26

O controle financeiro e contábil exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

- A ocorrerá apenas de forma concomitante ou subsequente ao ato impugnado.
- B abrange o mérito e a conveniência do ato impugnado no aspecto contábil.
- C não se submete às regras constitucionais previstas para o Tribunal de Contas da União.
- D poderá atingir somente as pessoas jurídicas e os servidores públicos.
- E abrange aspectos operacionais e de cumprimento de metas.

QUESTÃO 27

Receita decorrente de *royalties* da exploração de gás natural e auferida por município de estado federado é classificada como

- A outras receitas correntes.
- B receita de serviços.
- C receita industrial.
- D receita patrimonial.
- E transferência corrente.

QUESTÃO 28

A classificação das receitas tributárias adotada pela Lei n.º 4.320/1964 abrange

- A receita oriunda de alienações de bens.
- B receita oriunda de contribuições de melhoria.
- C juros oriundos de operação de amortização de empréstimos.
- D receita oriunda de empréstimos compulsórios.
- E receita oriunda de contribuições especiais.

QUESTÃO 29

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o rol de competências dos tribunais de contas abrange

- A** a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão para fins de registro.
- B** a realização de controle interno do Ministério Público.
- C** a apreciação de concessão de reforma militar para fins de registro.
- D** a função de alerta quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar metade do limite.
- E** a fiscalização dos limites da despesa de pessoal em relação à receita patrimonial.

QUESTÃO 30

O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- A** administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.
- B** judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- C** judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- D** administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- E** judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.

DIREITO PENAL**QUESTÃO 31**

Conforme o direito penal brasileiro, o princípio da reserva legal

- A** admite excepcionalmente que medidas provisórias disponham sobre tipos penais.
- B** é um desdobramento do princípio da pessoalidade.
- C** permite que o Estado puna somente o agente imputável, penalmente capaz.
- D** não incide nas contravenções penais.
- E** estabelece que normas penais incriminadoras sejam criadas somente mediante lei.

QUESTÃO 32

Por estar em dificuldades financeiras, José passou a realizar falsificações em cédulas de dinheiro verdadeiras, alterando-as para que parecessem ser de um valor mais alto. Dessa forma, enganou o feirante Pedro, tendo-lhe entregado notas falsificadas. Ao perceber o prejuízo, Pedro tentou repassar a nota a João, que, por trabalhar na casa da moeda, descobriu a falsificação. João comunicou o fato à polícia, que, após diligências, identificou José como o autor da falsificação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale opção correta.

- A** Ao caso poderá ser aplicado o princípio da insignificância, se verificado que a quantidade de cédulas de dinheiro repassadas havia sido muito pequena.
- B** Pedro não cometeu crime, pois não consumou o repasse das notas falsificadas.
- C** José não cometeu crime, porque a sua dificuldade financeira é causa excludente de culpabilidade.
- D** Pedro não cometeu crime, uma vez que não produziu as notas falsificadas.
- E** José será processado pela justiça estadual caso se identifique que a falsificação das cédulas tenha sido grosseira.

QUESTÃO 33

Sebastião, motorista de uma repartição pública, costumava usar o carro oficial para realizar transporte particular de passageiros enquanto seu serviço não era requisitado na repartição. Colegas e o superior hierárquico de Sebastião tinham conhecimento dessa conduta, mas nada faziam para coibi-la, por entenderem que essa atividade não atrapalhava a execução do serviço na repartição pública. Em certa ocasião, no entanto, a conduta de Sebastião efetivamente gerou prejuízos, e ele foi processado.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso Sebastião restitua a gasolina utilizada e indenize o Estado pelos danos causados, a punibilidade contra ele poderá ser extinta, mesmo após trânsito em julgado.
- B** O superior hierárquico de Sebastião não cometeu crime.
- C** A conduta de Sebastião foi atípica em razão do princípio da adequação social.
- D** O crime cometido por Sebastião será processado mediante ação penal pública incondicionada.
- E** Sebastião cometeu crime de prevaricação.

QUESTÃO 34

Lucrécio, policial civil, dirigia embriagado, quando foi parado por dois agentes de trânsito, Jonas e Maurício. O policial apresentou os documentos solicitados pelos agentes, mas se recusou a realizar o teste do bafômetro. Depois de observarem que no veículo havia várias garrafas vazias e que Lucrécio apresentava discurso desconexo, forte cheiro de álcool e voz embargada, Jonas e Maurício chamaram o guincho. Lucrécio, alegando que os agentes não tinham competência contra um policial, acionou Carlos, delegado do seu distrito, que chegou ao local e tentou dialogar com os agentes, a fim de coibi-los de aplicar as penalidades. Em razão da resistência dos agentes de trânsito, Carlos acionou policiais militares, que conduziram Jonas e Maurício à delegacia, mantiveram-nos detidos por algumas horas e, em seguida, os liberaram.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Jonas e Maurício cometeram crime de usurpação de função pública, por terem tentado atuar contra um policial.
- B** Os policiais militares cometeram abuso de autoridade em concurso de pessoas com Carlos.
- C** Ao terem chamado o guincho, Jonas e Maurício cometeram conduta excessiva que configura crime de abuso de autoridade.
- D** Lucrécio cometeu crime de desobediência ao se recusar a realizar o teste do bafômetro.
- E** Carlos e os policiais militares impediram os agentes de trânsito de cometer crime de abuso de autoridade.

QUESTÃO 35

São causas excludentes de ilicitude

- A** a embriaguez e a menoridade.
- B** o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.
- C** a prescrição e o estado de necessidade.
- D** o perdão judicial e a legítima defesa.
- E** o estado de necessidade e a anistia.

DIREITO TRIBUTÁRIO**QUESTÃO 36**

Um estado da Federação atribuiu a função de arrecadar tributos de sua competência a ente privado.

Considerando-se essa situação hipotética bem como a doutrina e o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que o tribunal de contas local deverá julgar que o referido ato foi

- A** legal, porque se admite a transferência da atribuição de arrecadar para entidade privada.
- B** ilegal, mas a revogação do ato só poderá ser realizada bilateralmente para garantir a segurança jurídica.
- C** ilegal, porque é vedada a delegação de competência tributária.
- D** legal, porque o ente privado passou a ser sujeito ativo direto.
- E** legal, porque o ente privado pode deter competência tributária.

QUESTÃO 37

O Tribunal de Contas do Estado verificou que determinado estado da Federação deixou de recolher imposto sobre doação a filhos menores, embora a legislação considere o donatário como contribuinte.

Nessa situação hipotética, os pais

- A** terão responsabilidade pessoal.
- B** terão responsabilidade por substituição.
- C** terão responsabilidade solidária.
- D** não serão responsáveis tributários.
- E** terão responsabilidade subsidiária.

QUESTÃO 38

Um auditor de contas verificou que determinados municípios estavam deixando de auferir receita de ITBI em operações nas quais imóveis eram incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas, mas para uso próprio de particulares, o que ocorria com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN,

- A** não será possível realizar a exação do ITBI, haja vista a inoccorrência do fato gerador.
- B** somente decisão judicial poderá desconsiderar o negócio jurídico e determinar a exação tributária.
- C** a decisão judicial não poderá desconsiderar o referido negócio jurídico em respeito ao ato jurídico perfeito.
- D** a autoridade administrativa poderá desconsiderar o referido negócio jurídico e realizar a exação tributária.
- E** não há previsão legal para a autoridade administrativa desconsiderar o negócio jurídico realizado.

QUESTÃO 39

Acerca da natureza jurídica das exações, as cobranças de valores para sepultamento em cemitério municipal e para distribuição estadual de gás natural têm natureza jurídica

- A** decorrente de contrato administrativo e de regime jurídico de direito público, respectivamente.
- B** compulsória e decorrente de serviço público não essencial, respectivamente.
- C** tributária e de preço público de cobrança compulsória, respectivamente.
- D** facultativa e compulsória, respectivamente.
- E** compulsória em ambos os casos, porque essas cobranças decorrem de serviços públicos essenciais.

QUESTÃO 40

O estado de Minas Gerais poderá expedir certidão positiva de débito com efeitos de negativa no caso de

- A** haver anistia e isenção.
- B** haver créditos não vencidos e parcelamento.
- C** haver créditos vencidos e estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora.
- D** haver moratória revogada e créditos não vencidos.
- E** estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora e haver remissão.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA

QUESTÃO 41

Uma companhia efetuou, em 1.º/9/2017, pagamento de prêmio de seguro, no valor de R\$ 1.800.000, referente à proteção de seus imóveis contra incêndios e outros sinistros pelo prazo de dois anos, a contar da data do pagamento.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, em 31/12/2017, com referência às despesas de seguro pagas antecipadamente, deve ter constado do ativo não circulante da companhia o valor de

- A R\$ 600.000.
- B R\$ 1.500.000.
- C R\$ 300.000.
- D R\$ 900.000.
- E R\$ 1.800.000.

QUESTÃO 42

A tabela seguinte apresenta dados, em reais, retirados da demonstração do resultado do exercício de uma companhia no período de 20XX.

receita de vendas de mercadorias	800.000
devolução de vendas	50.000
descontos condicionais concedidos	40.000
impostos sobre vendas	200.000
custo das mercadorias vendidas	350.000

Considerando-se essa tabela, o valor da receita líquida relativo ao período em questão é igual a

- A R\$ 160.000.
- B R\$ 510.000.
- C R\$ 560.000.
- D R\$ 200.000.
- E R\$ 550.000.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964 e o Decreto n.º 93.872/1986, a dívida flutuante compreende

- A obrigações que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- B créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- C as despesas de exercícios anteriores.
- D os restos a pagar e as operações de crédito por antecipação de receitas.
- E a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, incluídos os do Banco Central do Brasil.

QUESTÃO 44

O princípio orçamentário da exclusividade foi consagrado na Constituição Federal de 1988 (CF) por meio da determinação de que a lei orçamentária anual não contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. No entanto, a CF prevê como exceção a essa regra a autorização para a abertura de créditos

- A suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- B suplementares e para a contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita.
- C especiais e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- D suplementares e para a liquidação dos passivos financeiros e dos restos a pagar.
- E especiais e suplementares e para a contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita.

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, o relatório de gestão fiscal deve conter

- A o balanço orçamentário e o balanço patrimonial.
- B a apuração da receita corrente líquida.
- C a apuração dos resultados nominal e primário.
- D a demonstração do volume de recursos licitados para obras públicas.
- E o comparativo do montante total das despesas de pessoal com os limites estabelecidos nessa lei.

QUESTÃO 46

Um auditor independente examinou se determinado critério de avaliação do objeto de assegurar inclui os devidos pontos de referência e pode influenciar as conclusões no contexto do trabalho.

Nessa situação hipotética, o auditor realizou o exame de

- A neutralidade.
- B integridade.
- C entendimento.
- D relevância.
- E confiabilidade.

QUESTÃO 47

Ao verificar a racionalidade com que os recursos alocados a determinados programas em um órgão público são aplicados, o auditor governamental realiza o exame de

- A efetividade.
- B contas.
- C economicidade.
- D eficácia.
- E eficiência.

QUESTÃO 48

Sabendo que a documentação de auditoria, independentemente do meio de sua elaboração, deve ser organizada e agrupada segundo sua finalidade, assinale a opção que indica a informação que deve ser arquivada como documentação de conteúdo corrente.

- A composição da estrutura organizacional
- B cópias de demonstrações financeiras
- C correspondência enviada ou recebida
- D planos e metas de longo prazo
- E pedidos e comprovantes de diárias

QUESTÃO 49

O auditor designado para planejar a supervisão dos membros da equipe de auditoria poderá, em seu planejamento, ignorar

- Ⓐ os riscos de distorções relevantes.
- Ⓑ a capacidade dos membros individuais da equipe.
- Ⓒ as auditorias anteriormente realizadas.
- Ⓓ o porte e a complexidade da entidade.
- Ⓔ a área da auditoria.

QUESTÃO 50

A respeito da formação da opinião do auditor e da emissão do relatório de auditoria, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conclusão do auditor deve restringir-se à obtenção de evidência de auditoria apropriada.
- Ⓑ A avaliação da adequação da apresentação das demonstrações contábeis é obrigatória.
- Ⓒ O parágrafo introdutório do relatório deve fazer referência ao resumo das principais práticas contábeis.
- Ⓓ O relatório do auditor independente pode ser emitido por escrito ou oralmente.
- Ⓔ O relatório do auditor independente deve ser endereçado com exclusividade à administração da entidade auditada.

Espaço livre